

# Proteção de Crianças – Falta professores em 10 das 313 CPCJ

written by O Cidadão | 16 de Outubro, 2025



A esmagadora maioria dos 133 professores alocados a Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) no ano passado e que regressaram agora às escolas já foi substituída, mas ainda **faltam representantes da Educação e 10 das 313 comissões.**

O balanço foi feito esta quarta-feira pela

, que foi ouvida pelas comissões parlamentares de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

Na audição, a requerimento do PS a propósito das dificuldades de funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Ana Isabel Valente começou por explicar que as novas

orientações para a alocação de professores não pôs em causa a representação do Ministério da Educação.



Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, Ana Isabel Valente. Foto: LUSA

No ano passado, o Ministério da Educação estava representado em 305 das 313 comissões e, apesar das novas regras, que implicaram o regresso às escolas de docentes de disciplinas e zonas com maior carência, 172 mantiveram-se em funções.

Os restantes 133 – sobretudo do 1.º ciclo e educação especial – não foram reconduzidos, mas a esmagadora maioria já foi substituída, segundo a presidente da CNPDPCJ, que desvalorizou o impacto da medida.

***“Não há nenhum professor que esteja mais de três anos nas CPCJ, porque só têm um mandato. Esta foi uma substituição mais abrupta, mas resolveu-se e neste momento faltam 10”***, afirmou Ana Isabel Valente, acrescentando que a comissão nacional está a acompanhar as situações em causa, em articulação com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Por outro lado, a responsável assegurou que o acompanhamento dos processos também não é fragilizado e que os novos representantes do Ministério da Educação – todos professores, apesar de a lei não o exigir – recebem formação quando iniciam funções.

Ainda assim, durante a audição em que apresentou também as conclusões do relatório anual de 2024 de avaliação da atividade das CPCJ, Ana Isabel Valente sublinhou que as comissões enfrentam diariamente vários desafios.

***“O sistema garante mesmo o superior interesse da criança, mas é necessário robustecê-lo e fortalecê-lo, olhando para assimetrias que há 20 anos eram outras e situações de perigo que há 20 anos eram outras”,*** defendeu.

Em concreto, referiu como exemplo um conjunto de situações de perigo relacionadas com as novas tecnologias, como a violência digital ou a troca de mensagens de teor sexual com menores, com as quais os profissionais das CPCJ têm dificuldades em lidar.

***“Estamos a estudar a melhor forma de robustecer e fortalecer o sistema”,*** acrescentou.

OC/MP